



Antropologia do dinheiro: influência das tecnologias na mudança da cultura e do consumo

Letícia Sued¹
Maria Eduarda Taques²
Milena Fonseca³

Resumo

Neste artigo, procuramos abordar as questões antropológicas da criação do dinheiro enquanto instrumento de influência nas relações econômicas, culturais, sociais e de consumo. Como percurso metodológico, é adotado uma abordagem de revisão bibliográfica em bancos de dados de produção científica, a destaque para o base de tese e dissertações e periódico capes, sobre o desenvolvimento tecnológico de consumo a partir do dinheiro. Passando por diversos momentos da história em que foram elaborados conceitos, da docilização dos corpos, da sociedade de controle, de uma busca sobre a universalização da cultura, trabalhados por Foucault, Deleuze, Lévi-Strauss, que são referenciais teóricos para refletir sobre a cultura capitalista de consumo através do dinheiro físico e digital. Nesse contexto, questões como a criação da moeda dinamizam as relações de escambo, representando um valor comercial acerca das produções humanas e das relações de consumo. As novas transformações do dinheiro, exemplo do pix, cartão de crédito e débito produz novas relações sociais, que são objeto deste estudo. Portanto, percebe-se que essas novas transformações otimizam o cotidiano dessas relações, em que ocorre uma maior facilidade e acessibilidade para transações monetárias que é proporcional ao consumo exacerbado e estimulado na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Antropologia, Dinheiro, Tecnologia, História, Consumo, Capitalismo.

¹ Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: leticia.sued@discente.ufg.br

² Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: taques@discente.ufg.br

³ Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: milena.fonseca@discente.ufg.br

Antropologia do dinheiro e do consumo

A origem da moeda de mercado passa pela perspectiva economicista, do mito do escambo para a teoria cartalista, tomada como base para esse estudo. O mito do escambo, de troca equivalente, por muito tempo foi utilizado pelos manuais de economia, sendo que para os economistas clássicos, a origem do dinheiro passa primeiro pelo escambo, depois para o dinheiro e só na modernidade para o crédito, como conhecido atualmente. Nos manuais econômicos tradicionais o escambo é o meio de troca de função primária, como no livro *Economics*, de Karl Case, Ray Fair, Mandred Gärtner e Ken Heather:

Como funciona o sistema de escambo? Suponha que você queira *croissants*, ovos e suco de laranja para o café da manhã. Em vez de comprar os produtos na mercearia usando dinheiro, você teria de encontrar alguém que tivesse esses produtos e quisesse trocá-los.

O sistema de escambo requer uma dupla coincidência de desejos para que a troca aconteça. Ou seja, para efetuar a troca, eu não preciso apenas encontrar alguém que tenha o que quero, mas a pessoa também precisa querer o que tenho (Karl Case, *Economics*, 1988).

No sistema de escambo há existência da confiança e da coincidência, em que por meio das necessidades latentes é estabelecido a troca de mercadorias entre os sujeitos, uma relação presente principalmente nas pequenas comunidades, que é possibilitado pela confiança no acordo de trocas. Ademais, a coincidência é consolidada em relação ao desejo, seguindo essa lógica, o escambo só é possível aos objetos disponíveis que são passíveis da necessidade de troca. Nesse sentido, somente seria possível as trocas de mercadoria sobre uma dinâmica de pensamento que envolve a necessidade latente, assim os indivíduos conseguiriam trocar maçã por um sapato, por exemplo.

A ideia do escambo é construída por alguns economicistas, como uma tentativa de explicar a virada do sistema de troca para o sistema monetário. Essa virada é retratada por muitas histórias imaginárias, como a do economista Joseph Stiglitz e John Driffill, no trecho a seguir:

Podemos imaginar um antigo sistema de escambo rural com o ferreiro, o alfaiate, o merceiro e o médico em uma cidade pequena. Para que o simples escambo funcione, no entanto, deve haver uma dupla coincidência de desejos. [...] Henry tem batatas e quer calçados, Joshua tem um par de calçados sobrando e quer batatas. O escambo pode deixar os dois mais felizes. Mas se Henry tem lenha e Joshua não precisa de lenha, o escambo pelos calçados de Joshua requer que os dois, ou apenas um deles, saiam procurando mais

peessoas na esperança de realizar uma troca multilateral. O dinheiro proporciona um modo muito mais simples de realizar a troca multilateral. Henry vende a lenha para outra pessoa por dinheiro e usa o dinheiro para comprar os calçados de Joshua (Joseph Stiglitz, John Driffill, 2000).

A história imagética do escambo relatada a partir dos manuais de economia, da segunda metade do século XVIII, perduraram até a concepção do dinheiro-moeda figurada no mundo ocidental. A princípio, o economicista Adam Smith, professor de filosofia moral da Universidade de Glasgow, resgata princípios Aristotélicos, de 330 a.C, para compreender a origem do dinheiro. A destaque para o tratado sobre a política, a origem do dinheiro surgiu a partir da produção especializada das famílias realizando trocas umas com outras, seja de milhos, vinhos ou outras mercadorias.

Na época das grandes navegações e colonização dos séculos XVI e XVII, era comum se pensar que as sociedades tinham suas próprias formas de dinheiro, uma vez que com a consolidação dos Estados modernos, eles eram responsáveis por emitir e controlar a moeda. No entanto, a pertença de Adam Smith a uma corrente liberal, assim como John Locke, compreendiam a função do Estado limitado a proteção da propriedade privada, da organização e controle da moeda. Para além disso, o autor defende que existência do dinheiro não advém das instituições financeiras, tendo surgido antes, mas depende delas para garantir sua estabilidade. Segundo Adam Smith, com a divisão social do trabalho, o trabalho especializado, permite à troca de mercadorias, que se torna ainda mais precisa, mas e quando esse sistema não é mais equivalente para as pessoas?

Quando a divisão do trabalho estava apenas em seu início, esse poder de troca deve ter se deparado frequentemente com grandes empecilhos. Podemos perfeitamente supor que um indivíduo possua uma mercadoria em quantidade superior àquela de que precisa, ao passo que outro tem menos. Consequentemente, o primeiro estaria disposto a vender uma parte do que lhe é supérfluo, e o segundo a comprá-la. Todavia, se esse segundo indivíduo não possuir nada daquilo que o primeiro necessita, não poderá haver nenhuma troca entre eles[...]. A fim de evitar o inconveniente de tais situações, todo homem prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história após ter se estabelecido pela primeira vez a divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu trabalho, certa quantidade de uma mercadoria ou outra - mercadorias tais que, em seu entender, poucas pessoas recusariam receber em troca do produto do trabalho delas (Smith, 1988).

Nota-se os primeiros objetos sendo escolhidos para representarem a moeda ou apenas troca equivalente. Ainda longe dos conceitos de valor de troca, há o surgimento do excedente de troca, o acúmulo de produção restringido ao escambo. Logo, a precisão da moeda de troca surge em diversos materiais, valiosos ou não, e em inúmeras comunidades.

Conta-se que na Abissínia o instrumento comum para comércio e trocas é o sal; em algumas regiões da costa da Índia, é determinado tipo de conchas; na Terra Nova é o bacalhau seco; na Virgínia, o tabaco; em algumas das nossas colônias do oeste da Índia, o açúcar; em alguns outros países, peles ou couros preparados; ainda hoje - segundo me foi dito - existe na Escócia uma aldeia em que não é raro um trabalhador levar pregos em vez de dinheiro, quando vai ao padeiro ou à cervejaria (Graeber, 2016).

À medida que a troca por intercâmbio se tornava uma possibilidade, as comunidades que pretendia comercializar com outra usavam os metais, que se tornaram a moeda possível, caracterizando-se por serem duráveis, portáteis e ser possível de dividir em diversas porções:

Diferentes foram os metais utilizados pelas diversas nações para esse fim. O ferro era o instrumento comum de comércio entre os espartanos; entre os antigos romanos era o cobre; e o ouro e a prata em todas as nações ricas e comerciantes (Smith, 1988).

O sistema de escambo esboçado por Aristóteles, difundida por Adam Smith e os manuais de economia, é imaginada e não corresponde com os fatos descobertos por antropólogos, arqueólogos e historiadores, que identifica o sistema de crédito como princípio para a criação do dinheiro, com a primeira tradução dos hieróglifos egípcios e depois da escrita cuneiforme mesopotâmica de quase 3 mil anos, do tempo de Homero (cerca de 800 a.C). A economia era controlada por complexos e palácios, com pessoas especializadas, como por exemplo, sacerdotes e oficiais, artesãos, fazendeiros, pastores e administradores do templo, esses últimos eram responsáveis pelo registro das dívidas (impostos, empréstimos, etc.) em prata, pelo sistema de unidade monetária dos sumérios, em suma baseado no crédito. O registro servia como um preço/cálculo de conversão para estabelecer a lei da oferta e da procura, tendo em vista que a prata não circulava muito e os meios de pagamento se diversificavam à sua maneira, como serviços ou venda da cevada. O mito do escambo nas primeiras décadas do século XX se tornava uma necessidade de revisão, entre os anos de 1913 e 1914 houve a publicação de um ensaio no *Banking Law Journal* de Nova York do economista Mitchell Innes, em que defendia uma revisão que contasse a história a partir da dívida.

Uma das falácias populares em relação ao comércio é que, nos tempos modernos, foi introduzido um recurso econômico chamado crédito e que, antes de esse recurso ser conhecido, todas as compras eram pagas em dinheiro

vivo, em outras palavras, em moedas. Uma investigação cuidadosa mostra que justamente o inverso é verdadeiro. Antigamente, as moedas tinham um papel muito menor no comércio do que têm hoje. Na verdade, a quantidade de moedas disponíveis era tão pequena que nem sequer bastava para as necessidades da família real [inglesa medieval] e dos estamentos que regularmente usavam vários tipos de moeda simbólica com o propósito de realizar pequenos pagamentos. Com efeito, a cunhagem era tão insignificante que muitas vezes os reis não hesitavam em retirar todas de circulação para que fossem recunhadas e redistribuídas, e apesar disso o comércio continuava exatamente do mesmo jeito (Graeber, 2016).

Historicamente, o dinheiro foi pautado pelo sistema padrão ouro, que consistia em cada país nomear e dar valor a suas moedas a partir de uma certa quantidade do metal precioso (lastro), o papel era apenas um símbolo do valor conversível em ouro. Esse sistema foi utilizado até o ano de 1971 quando o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, deu um fim oficial ao lastro em ouro. A partir disso, se originou um sistema monetário baseado em taxas flutuantes, o dólar flexível (FILHO, 2019, p. 637), o qual foi responsável por tornar o dólar uma moeda central do sistema internacional sem concorrentes a sua altura, mesmo após as diversas crises que o capitalismo enfrentou nos últimos anos, como a de 1873 nomeada como a grande depressão.

Nos dias atuais, a forma do dinheiro se encontra em uma fase de transição, haja vista que o digital está substituindo o físico no século XXI. Segundo Georg Simmel (1858-1918), o sistema monetário precisa de uma confiança mútua entre indivíduos e a sociedade como um todo para conseguir ter um pleno funcionamento. Se essa confiança é quebrada, como aconteceu depois da crise de 2008, a base dessa estrutura fica fraca dando espaço para novas formas de manusear o dinheiro. O Bitcoin é uma nova maneira de lidar com as notas e é considerado a primeira moeda desmaterializada, a qual surgiu em 2008 após a crise do mesmo ano, em que as pessoas demonstraram grande desconfiança com os bancos centrais.

[...] diferentes grupos sociais que têm em comum o fato de serem críticos de determinadas práticas do mercado, tais como: as reservas fracionárias no sistema financeiro que permitem aos bancos terem em depósitos compulsórios uma fatia muito menor do que o dinheiro que circula em empréstimos e outros ativos; a facilidade com que os bancos centrais colocam moeda em circulação com intuítos de expansão do crédito ou financiamento público, com o conseqüente risco de aumento da inflação (Neno, 2023, p. 92).

Diante disso, a criação da moeda digital é contemplada por diversos países contendo alguns objetivos, como a descentralização da moeda, no qual banco central de cada país define

como essa nova modalidade de moeda vai circular, mas são os usuários que tem a autonomia de escolher qual a moeda (Bitcoin, Cardano, XRP...) que será usada nas transações, tendo em vista que não há intermediação de instituições financeiras nessas transações.

A existência de várias moedas em um mesmo espaço tempo remonta a um dos mitos de criação escrito por Carl Menger. Na ideia de que a moeda surgiu através de uma commodity que era a mais vendável, podendo o cidadão escolher o que era mais *saleable* para si e negociar através do objeto (moeda) escolhido.

Outro objetivo seria evitar a inflação, pois assim como o dinheiro material até 1971 com o padrão-ouro, o Bitcoin tem um lastro de 21 milhões que foi definido antes de sua criação e ainda não atingiu seu limite. Esse sistema tem o propósito de impedir uma possível inflação, pois tem um número limite de Bitcoins que irão circular. Além de assegurar a privacidade dos consumidores, considerando que as transações feitas com Bitcoin são garantidas por uma rede, em que não há mais um centro englobador, intitulada como blockchain, em que registra todo e qualquer evento, através da criptografia e transparência. É uma espécie de livro de contabilidade pública, em que as informações são protegidas por algoritmos codificados.

Ademais, é preciso voltar a discussão principal, pois assim como as abordagens economicistas de Adam Smith e Mitchell Innes, há outras inúmeras teorias para explicar o surgimento do dinheiro, suas funções, efeitos e qual a relação com o ser humano. É necessário realizar um olhar distanciado para analisá-lo, pois assim como há diversas teorias a seu respeito, existem vastas culturas que o tratam de um modo diferente da forma predominante, a sociedade capitalista de consumo, que utiliza uma lógica etnocêntrica e colonial que padroniza o dinheiro como meio de pagamento, valor, unicamente com fins instrumentais no sentido econômico, que visa o lucro e o capital.

Essa lógica de capital, lucro e consumo ignora totalmente a manifestação do “dinheiro” e da “moeda” em outras comunidades que divergem da sociedade capitalista. Esse “outro lado da moeda”, é refletido em outras comunidades que elaboraram um sistema de troca muito diferente sistema dinheiro-capital que conhecemos hoje. Nesse sentido, o conceito de sistema de troca ou dinheiro pode ser tratado como o “dar, receber e retribuir” de acordo com Marcel Mauss em sua obra “Ensaio sobre a dádiva” sobre as etnias da Polinésia, Melanésia e do Noroeste Americano (Mauss, 1925).

O sistema de Dádiva se comporta como um fenômeno de troca, em que as relações são fundamentadas por meio da reciprocidade em dar, receber e retribuir os presentes e talismãs, sendo que esse processo só reforça a amizade e o vínculo social entre as comunidades.

Os valores que definem as relações “econômicas” de troca, a forma da moeda ou meio de pagamento, são valores éticos, morais e culturais, totalmente distantes das noções de valores da sociedade capitalista. A dádiva se trata da obrigação de receber algo de alguém, pois recusar pode ser considerado uma declaração de guerra dentro das sociedades estudadas (Mauss, 1925). Estar em “dívida” com alguém implica que para quitar essa “dívida” se retribua um presente, mas de onde surge a obrigação de retribuir.

Marcel Mauss explica que o sistema de dádiva permanece constante pela força (*o hau*) que há nos presentes a serem trocados e a parte da alma humana de quem doou tal objeto (*mana*). Forças que garantem a obrigação de dar, receber e retribuir. Por conseguinte, nessas culturas há uma noção econômica de moeda, que segue determinados critérios de mensuração que estabelece equivalência entre os objetos, que variam comunidades para comunidades. O *kula*, por exemplo, é um ritual em que serão trocadas essas “moedas de troca”, como, conchas enfileiradas, braceletes de conchas talhadas, colares, entre outras dádivas. Enfim, objetos que possuem um valor sentimental que não seguem as noções da lógica de compra e venda (Malinowski, 1922).

Por outro lado, o comportamento do dinheiro no mundo ocidental capitalista reflete um desdobramento da utilidade da moeda no sistema de troca até sua transformação em capital. Mas o que caracteriza essa virada de chave? Sabemos que a moeda é uma representação material de um processo humano que cria valor, materializa um fato social que é o dinheiro em um objeto com utilidade. Essas utilidades variam de acordo com “[..] desejos ou a necessidade dos homens” (Foucault, 1985, p. 212). No *Capital*, Marx (1867) demonstra que o sistema de troca se diversifica à medida que esse objeto serve para compra e venda de produtos baseados nas necessidades ou interesses das pessoas.

O dinheiro é o objeto intermediador entre as mercadorias que permite compra e venda, a mercadoria possui uma utilidade, o seu valor de uso, e posteriormente assume um valor de troca que é a agregação de trabalho e de valor simbólico, ao qual adquire valor capital a medida que sua utilidade se fixou no acúmulo e no lucro, por exemplo, alguém com dinheiro comprou um produto e o revendeu com um acréscimo, ganhando um valor x em cima do dinheiro gasto,

mais o dinheiro gasto. A virada de chave ocorre justamente com a percepção de um ganho maior, o mais-valor⁴. A lógica do dinheiro criar dinheiro se garante com a principal forma de gerar riqueza: o trabalho humano (Marx, 1867).

É por meio da exploração da mão-de-obra e da apropriação das matérias-primas, que ocorre a consolidação do sistema capitalista. Tal sistema é sustentado pela colonização de outros territórios, povos, costumes e culturas, universalizando sua forma de produção e de dinheiro como capital que perpassa as fronteiras e continua o ciclo de exploração.

A princípio o capitalismo tem um caráter de dominação concentrado na produção e propriedade, mas conforme Deleuze (1992), na obra “Conversações”, é possível perceber que juntamente com a sociedade de controle descrita, o capitalismo se desdobra em um sistema de sobre-produção⁵, em suas palavras “Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações” (Deleuze, 1992, pág. 223).

Os efeitos que a transformação do dinheiro em capital gerou na mudança da cultura de consumo e nas relações sociais, se trata, pois do ato de consumir um determinado produto, de usar uma mercadoria que satisfaça o desejo ou a necessidade. Em termos mais simples, é o indivíduo comprar por exemplo, um bolo, um eletrodoméstico, um caderno, etc; tudo que for necessário para ele sobreviver ou que tenha utilidade no momento. O consumo é realizado por meio do dinheiro, da compra e da venda, aliás seguindo a sociedade de controle e as inovações tecnológicas, é realizado também por máquinas, o consumo de computadores e informática (Deleuze, 1992, p. 223).

Nessa sociedade, o consumo é um mecanismo potencializado pelo fetichismo (Marx, 1867) e pela tecnologia para cumprir as necessidades humanas na forma de coisificação ou transformação dos indivíduos em mercadorias. Nesse sentido tudo é valorizado e possui valor, com dispêndio ou não de trabalho, dessa maneira, o consumismo se torna mais um jeito de legitimar o capitalismo, à medida que o indivíduo pode comprar e é estimulado a fazer esse ato compulsivamente, transpassando a esfera do útil e necessário, chegando na principal lógica desse mesmo sistema, o de acumulação.

⁴ Por exemplo: um homem possuidor de dinheiro comprou um sapato por R\$10,00 e o revendeu por R\$15,00. Dessa forma, o mais-valor seria esse capital gerado, o mais valor é, portanto, o valor agregado.

⁵ “Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa” (Deleuze, 1992, p. 224).

Se trata da produção massiva de bens de consumo, sejam duráveis ou não, para as pessoas gastarem o seu dinheiro, numa perspectiva de que quanto mais elas gastam, mais benéfico é para as indústrias capitalistas e para a perpetuação desse sistema. O ciclo do dinheiro criar dinheiro não para, só é diversificado. Outrossim, as relações sociais sofrem um impacto desse sistema de capital e de consumo, de maneira que um dos inúmeros efeitos, seja se tornar um *corpo dócil* (Foucault, 1975), que obedece ao sistema de trabalho, afinal ele precisa dos meios de subsistência, sendo útil para produção.

Ademais, ainda sob uma ótica capitalista, não são mais as relações sociais que mudam à cultura, mas o fato de que pessoas, trabalhadores e sua força de trabalho são e estão sendo transformados em mercadorias/coisas pelo fetichismo, ao ponto de serem comercializadas e sua mão-de-obra precificada, como se ser um humano de repente tivesse valor.

Tendo em vista as duas sociedades apresentadas, uma capitalista e outra não capitalista, é possível perceber a lógica do dinheiro que rodeia tais sistemas. Infelizmente, por vezes as civilizações da Melanésia, Polinésia, do Noroeste Americano, e outras que apresentam uma economia não capitalista, são retratadas como civilizações “primitivas” sob lentes evolucionistas (Morgan, 2005) de nações que categorizam os países em diferentes graus de desenvolvimento e determinando o que seria considerado uma economia primitiva, selvagem, subdesenvolvida, em desenvolvimento, desenvolvida, país de primeiro mundo, terceiro e etc.;

Esse caráter de darwinismo social de que todas as civilizações são colocadas em patamares de evolução, exclui qualquer possibilidade de que as culturas tenham liberdade para se firmarem não somente no mundo atual, mas ao longo de toda a história. Esse evolucionismo não considera as demais economias, culturas, costumes e tradições que não apresentam uma lógica capitalista de consumo, não respeita suas formas sustentáveis de produção, de circulação, de mercado, entre outras noções pertencentes a essas sociedades.

A manifestação colonial é extremamente presente por meio da imposição, em outros continentes, outras sociedades. Os demasiados modos de *ser* dinheiro, moeda, ouro, conchas e dádivas só refletem que assim como a moeda pode se apresentar em tantos materiais e ter diversas origens, as culturas também. Lévi-Strauss defende a universalidade da cultura, no sentido de abandonar justamente esses critérios classificatórios que tentam tornar todos os seres humanos incompatíveis, ainda que em culturas diferentes. Trazendo Peter Berger (1966, p. 243) para a análise, pode-se observar que existe uma relação

dialética entre o indivíduo e a sociedade, em que um atua mutuamente sobre o outro. Paralelo a isso, o dinheiro é um fato social que é alterada constantemente e que também transforma o indivíduo e suas relações sociais. Remontando, assim, uma relação dialética entre as moedas e os indivíduos.

Diante disso, segundo Damatta “A vida social tem muitas esferas de troca e cada uma tem sua moeda. O favor, a consideração e o empenho são as moedas da amizade e das relações pessoais” (DAMATTA; Roberto, 1993, p. 171). Ou seja, o homem foi criando diferentes relações de troca para conviver em sociedade para além da moeda fiduciária circulante e cada qual com seu significado dentro de um determinado contexto, logo, observa-se que não se pode falar em uma única moeda universalizada, haja vista que diferentes objetos e/ou sentimentos fazem parte de relações de troca dentro do corpo social.

Seguindo essa dimensão que a moeda pode apresentar, o kula (Malinowski, 1922) traz exatamente esse ponto de vista que aborda as troca-doações, “*vaygu’a*, espécie de moeda. Há dois tipos: os *mwali*, belos braceletes de concha talhada e polida, usados nas grandes ocasiões por seus proprietários ou seus parentes; os *soulava*, colares confeccionados pelos hábeis artesãos de *Sinaketa* com o nácar da ostra-espinhosa vermelha” (Mauss, 1925, p. 217).

Esses objetos descritos como talismãs, também podem seguir uma lógica econômica, no sentido de servir tanto como meio de troca, como padrão para medir o valor, contudo são separadas de qualquer aspecto capitalista, justamente por terem uma natureza mágica e subjetiva. As moedas descritas por Malinowski pertencem aos Trobriandeses, e cada uma possuía uma espécie de movimento circular, em que o *Mwali* (os braceletes) se movimentavam de Oeste a Leste, enquanto o *soulava* eram o contrário, Leste para Oeste.

Outro exemplo que pode ser citado, é do extremo sul da Melanésia, em Fiji, que detém uma moeda dentro desse sistema de dádiva feita de dentes de cachalote, recebendo o nome de *tambua*. Completada com diversos ornamentos, possui a mesma função que as outras sociedades descritas.

Independentemente de quantas moedas sejam citadas como exemplos, o que deve se levar em conta, é a capacidade que essas comunidades, com essas espécies de moeda, possuem em realizar o comércio pelo sistema de dádiva, substituindo o sistema de compra e venda. Um lado diferente da humanidade que mantém uma relação de troca com outras coletividades, sem seguir conceitos de dinheiro virtuosos ao capitalismo.

Outra relação que o homem criou com as moedas, tem a ver com a posição do Estado em vista a teoria cartalista, estabelecendo-o como uma instituição que organiza e controla a moeda dentro de um espaço, e que conseqüentemente irá influenciar na relação do homem com a moeda. Pois, de maneira geral ao determinar uma representação do dinheiro e seus atributos em relação, seja ao dólar, ao ouro, a prata ou outras formas de fixação, ao indivíduo determina também o consumo, o meio de pagamento de dívidas e o caráter deste em sociedades específicas.

Em contrário a isso, Locke (1689) coloca o Estado como um contrato entre os indivíduos que surge pelo consentimento racional de parte das vontades individuais naturais, logo, o Estado é uma instituição criada a partir desse contrato, mas que não possui poderes totais o suficiente para determinar a relação do homem com o dinheiro nesta sociedade, tendo em vista que é necessário garantir a liberdade econômica segundo esse autor. Portanto, essa entidade não tem autonomia para interferir diretamente nas relações comerciais e nas economias individuais (Locke, 1689).

Ademais, convém citar que independentemente da influência que o Estado possui em relação ao dinheiro, ocorrem desdobramentos que evidenciam o caráter de fato social que o dinheiro possui. Considerando que ele surge de instituições e perpassam as demais esferas da sociedade, servindo como instrumento rentável e intermediador do consumo.

As crises que a moeda já passou até o momento legitima a relação do indivíduo e dos Estados na influência que causam no dinheiro, e como um afeta o outro enquanto ao funcionamento do sistema econômico moderno, já que essas crises são resultado dessa relação com o mercado de consumo. Alguns exemplos experienciado por essa relação, são as crises de 1930, A Grande Depressão, A Crise do Petróleo de 1970 e A Crise dos Subprime de 2007/2008. Em específico podemos falar da crise dos subprime que aconteceu nos Estados Unidos, mas que afetou o sistema econômico de todo o mundo, principalmente da América Latina, com o envolvimento dos quatro pilares do financeiro do país, indivíduo, Estado, investidores e Banco.

Após a concessão de crédito para a compra de imóveis pela população que não tinha score o suficiente para receber crédito a princípio, o Estado transforma esse movimento em dívida pública, jogando para os Bancos que colocam como proposta de investimento, que em seguida é comprado pelos investidores, esses esperam pelo retorno que “nunca” volta.

Dessa forma, os Estados Unidos se viam em uma crise imobiliária causada por vez pela falta de pagando do crédito concedido e por outrora pelo atraso desse pagamento. Essa crise dos subprime escancaram a relação de uma parte expressiva da população com o dinheiro, seguindo a ideia jusnaturalista de Locke (1869) sobre as garantias naturais de acesso a bens, propriedade privada e a vida, quando o Estado tenta facilitar o acesso a moradia, porém as pessoas não conseguem cobrir a dívida feita, torna-se evidente que a moeda como instrumento de consumo não está passível a todos ou chega com alguma dificuldade para essas pessoas.

A passagem por grandes crises, por uma nação e/ou sistema internacional financeiro, deixa a população e as instituições a necessidade de superar o empecilho vivido para reestabelecer um padrão de vida correspondente ao valor do Estado. E partindo da ideia de reorganizar as economias da casa, inicia-se um movimento de incentivo a educação financeira para que a população aprenda a gestar melhor seus gastos, com o objetivo principal de quitar dívidas feitas seja com setor público, seja com o setor privado.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) associa a educação financeira à possibilidade de proporcionar ao indivíduo bem-estar financeiro, à medida em que ensina o cidadão a melhor forma de lidar com seu próprio dinheiro. Nessa perspectiva, tem-se a publicidade como uma forte educadora sobre questões financeiras, “a publicidade consegue influenciar o cidadão a como viver, consumir e trabalhar” (NEGRI, 2010, p. 19 apud MARTINS, 2013, p. 21) podendo assim passar informações não necessariamente corretas sobre administração de finanças individuais.

Nesse contexto, tem-se o exemplo do Primo Rico, influenciador econômico digital, que afirma em suas redes “Quer ficar rico? Invista. Aprenda a fazer dinheiro”, porém observa-se que a administração financeira pessoal, por mais bem feita que seja, não consegue gerenciar toda a economia que vai muito além de investimentos.

Considerações finais

Se existe uma relação que podemos estabelecer entre os conceitos de ser dinheiro no mundo capitalista e no mundo não capitalista, é que ele é um grande determinante de marcações sociais. A princípio como um objeto abstraído, ele é capaz de representar não somente o valor, como também se insere no ser humano, proporcionando a ele um valor também. Para definir

valor, há inúmeras perspectivas que terão inúmeros fins, seja a sociedade capitalista que o utiliza para um fim x e a outra sociedade não capitalista que o utiliza para um fim y.

O caráter “maleável” do dinheiro é que durante toda a história, ele desempenhou vários papéis, e até o mundo contemporâneo ele se encontra constantemente modificado, e modificando também as relações entre os indivíduos. O grande problema é, até que ponto ele foi e é capaz de regular a sociedade, pois apesar de ser um objeto abstrato, o dinheiro é utilizado como um mecanismo de poder na sociedade. Logo, compreender toda a origem sob diversas lógicas e diversas comunidades, em dados momentos históricos, em dadas funções é essencial para entender que na verdade não estamos analisando o dinheiro em si e sim o próprio indivíduo, pois estudar o dinheiro é estudar a sociedade e como essas relações acontecem.

A tecnologia gerada pelo dinheiro no sentido de proporcionar inovações, também se trata de mais uma forma de como o “valor” está presente. As transformações deste objeto, desde físico até digital, só reforçam como ele pode ser tratado como um fato social, principalmente porque a sociedade muda conforme seus interesses, e ele como fato social também possui a capacidade de por meio da relação com o homem, modificar todo o contexto social. Ao mesmo tempo que ele opera, é operado.

Veja bem, passamos pelo conceito das formas de ser dinheiro desde sua origem até o desdobramento do sistema capitalista de consumo, mas ao observar os efeitos nas relações humanas, fica a dúvida: o que é ser humano dentro dessa sociedade em que tudo é comercializável? Esse é um tipo de reflexão antropológica sobre a relação da moeda com o indivíduo social. E também uma maneira de pensar como o dinheiro pode delimitar tudo o que conhecemos.

Referências

CARVALHO, Edgard de Assis. A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura. v. 9, n. 2, 2008.

CASTRO, Celso. *Evolucionismo cultural*: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Trad. de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DELEUZE, Gilles. Post-*scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FILHO, Ernane Teixeira Torres. Poder monetário estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 621-639, setembro-dezembro 2019.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 179-226.

GIROTTO, Vitor Guidorzzi [UNESP. Moeda e tecnologia: uma análise a partir da Teoria Cartalista da Moeda. Accepted: 2021-04-29T11:21:25Z, 31 mar. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204540>>. Acesso em: 27 ago. 2023

GOMES, Dr Marcos Alexandre. UMA LEITURA DE VIGIAR E PUNIR. 2014.

HART, Keith. Money from a cultural point of view. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 5, n. 2, p. 411–416, set. 2015.

LEAL, Natacha Simeí. Simmel e o dinheiro: primeiros ensaios. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, p. 349–353, 13 mar. 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico ocidental: introdução : objeto, método e alcance desta investigação. [S.l.]: Ethnologia, 1997. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/933>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Marcel Mauss. “Da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes” (p. 185-210); “Extensão desse sistema. Liberdade, honra e moeda.” (p. 211-264); “Conclusão” (p. 295-314). In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. *A formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Brasileiro*. 2013. Tese (Mestrado em Saúde Pública) - ENSP, Rio de Janeiro, 2013.

MARX, Karl. “A mercadoria”. In: *O Capital* [vol. I]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 79-93.

MAURER, Bill. The Anthropology of Money. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, n. 1, p. 15–36, 1 out. 2006.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana*, v. 13, n. 1, p. 119–151, abr. 2007.

NENO, Aluysio Augusto de Athayde. *Por uma antropologia da economia contemporânea: O Brasil e a moeda*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2023.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 131–138, fev. 2008.

SANDEL, Michael J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SIMMEL, Georg. “O Dinheiro na Cultura Moderna”. In: Jessé Souza e Berthold Oëlze (orgs). *Simmel e a Modernidade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 23-40.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GRAEBER, David. *Dívida*. São Paulo: três estrelas, 2016.

SMITH, Adam. *Os economistas: A riqueza das Nações - Vol. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.